

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 11.278, DE 2018

Apensados: PL nº 3.368/2019, PL nº 5.557/2019, PL nº 3.625/2020, PL nº 938/2020 e PL nº 1.744/2021

Institui a Política Nacional do Voluntariado.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada MARIA ROSAS

I - RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Educação o Projeto de Lei nº 11.278, de 2018, principal, do Poder Executivo, que visa instituir a Política Nacional do Voluntariado, com vistas a incentivar o engajamento, a responsabilidade cívica e social e a participação cidadã por meio do voluntariado, de forma articulada com o governo, a sociedade civil e o setor privado.

A Política Nacional do Voluntariado tem por objetivos: promover, valorizar e reconhecer o voluntariado no país; desenvolver a cultura da educação para a cidadania e o engajamento dos cidadãos; fortalecer as organizações da sociedade civil; estimular a integração e a convergência de interesses entre voluntários e iniciativas que demandem ações de voluntariado; promover a participação ativa da sociedade na implementação de objetivos de desenvolvimento sustentável; e promover o engajamento com a comunidade, o compromisso com seu desenvolvimento e o estímulo às práticas sociais inclusivas articuladas com a realidade local.

Para efetivação da Política Nacional do Voluntariado, será instituído, no âmbito da Presidência da República, um Conselho Gestor que terá como finalidades: fomentar projetos e iniciativas que estimulem o



engajamento do setor público, do setor privado e das organizações da sociedade civil em atividades voluntárias; estimular os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional a promover o voluntariado e incentivar os seus servidores à participação em atividades voluntárias; firmar parcerias com órgãos e entidades da administração pública ou entidades privadas com vistas à mobilização, à divulgação e ao desenvolvimento de atividades voluntárias; e fomentar projetos de cooperação nacional e internacional para promoção do voluntariado, entre outras.

Nos termos da iniciativa, o Poder Público estimulará iniciativas de voluntariado internacional no território nacional, junto a entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, ou a organizações vinculadas a governo estrangeiro, bem como atividades de voluntariado a serem executadas por brasileiros em outros países.

Ao Projeto de Lei nº 11.278, de 2018, foram apensados:

1. PL nº 3.368, de 2019, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira, que altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para inserir instituição com objetivos religiosos na possibilidade de serviço voluntário;
2. PL nº 5.557, de 2019 de autoria do Deputado Lucas Gonzalez, que altera os dispositivos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado;
3. PL nº 3.625, de 2020, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências;
4. PL nº 938, de 2020, de autoria do Deputado Lucas Gonzalez, que altera os dispositivos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado; e



5. PL nº 1.744, de 2021, de autoria do Deputado Giovani Cherini, que altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências”.

Tramitando em regime de prioridade (art. 151, II, RICD), conforme despacho ocorrido em 08/02/2019, a matéria foi distribuída à apreciação de mérito da Comissão de Educação e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Ao seu turno, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania irá examinar o mérito e a juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa. A Proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, nos termos do art. 24, II, do RICD.

Nesta Comissão de Educação, onde analisaremos os aspectos educacionais da matéria, cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos regimentais, não foram apresentadas emendas à proposição.

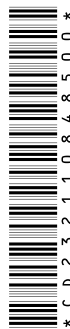
É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O trabalho voluntário é fundamental não apenas para o desenvolvimento do País, mas, especialmente, para a formação de indivíduos mais conscientes de sua participação no enfrentamento dos problemas sociais.

O voluntariado não deve ser visto como caridade, mas como oportunidade ímpar do exercício da cidadania, de responsabilidade para com o futuro, de respeito à dignidade e aos direitos humanos, de agir em prol do bem comum mediante participação em causas de interesse social e comunitário.

Nesse sentido, parabenizamos o Poder Executivo, ainda na gestão do Presidente Michel Temer, pela iniciativa de instituir uma Política Nacional do Voluntariado que busca aumentar o engajamento e a participação dos nossos cidadãos em ações voluntárias, mediante articulação entre governo, sociedade civil e setor privado, em atividades das mais diversas áreas – civismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, cultura, educação, ciência, esporte e recreação, assistência social, direitos humanos e outras.



No que tange ao mérito educacional das propostas, manifestamo-nos primeiramente em relação à proposição principal. Destarte, há dois dispositivos na iniciativa do Poder Executivo, o **PL nº 11.278, de 2018**, que dizem respeito mais especificamente à educação.

O primeiro deles, inciso II do art. 3º do PL, estabelece, como um dos objetivos da Política Nacional do Voluntariado, “desenvolver a cultura da educação para a cidadania e o engajamento dos cidadãos”. Este objetivo coaduna-se com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde estão definidas as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). Entre as competências gerais estabelecidas na BNCC para os estudantes da educação básica está a valorização da diversidade de saberes e vivências culturais e a apropriação de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

O segundo, o art. 17 do PL principal, propõe que as instituições de educação superior e os sistemas de ensino deverão estimular atividades destinadas ao voluntariado, de acordo com as necessidades das comunidades locais; fomentar ações de voluntariado, de forma articulada, aos currículos escolares; utilizar os espaços e as infraestruturas disponíveis para a realização das atividades voluntárias; e desenvolver mecanismos de reconhecimento e de incentivo aos estudantes e à comunidade acadêmica para estimular as ações de voluntariado, respeitada a legislação vigente.

Tendo em vista os já mencionados benefícios que as atividades de voluntariado podem ter na formação dos indivíduos, as instituições de ensino são locais propícios ao engajamento das nossas crianças, adolescentes e jovens em ações transformadoras de participação social e de aprendizagem de valores como cidadania e solidariedade. Na verdade, as próprias instituições também podem se beneficiar desse tipo de ação, com a participação dos estudantes e de membros da comunidade em



atividades de limpeza e conservação do patrimônio, de cultivo de hortas e jardins, entre outras atividades relevantes.

A título de aprimoramento da matéria em análise, no PL principal, sugerimos algumas modificações, nos termos do Substitutivo anexo. No art. 8º, por exemplo, fizemos um pequeno acréscimo para dispor que o ressarcimento ao voluntário de despesas previamente autorizadas deverá ocorrer desde que haja previsão no termo de adesão. Ainda no art. 8º, IV, adicionamos previsão de que o voluntário deve respeitar os dados dos beneficiários das atividades voluntárias, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 2018). Outra inovação que reputamos importante é o acréscimo do inciso VIII ao art. 8º, o qual preceitua que o voluntário deverá “exercer as atividades voluntárias com zelo, comunicando previamente a instituição promotora em caso de impossibilidade de seu comparecimento às atividades previstas, conforme disposto no termo de adesão”.

Ao seu turno, no art. 17, sugerimos uma pequena modificação no *caput* do art. 17, com o intuito de incluir dispositivo que resguarde a autonomia das instituições e seus respectivos sistemas de ensino. Para uniformizar a terminologia utilizada, no mesmo dispositivo, alteramos as menções aos “educandos” para “estudantes”, conforme o Substitutivo anexo.

Outra inovação relevante no nosso Substitutivo é a adição de uma seção destinada a prever ações de voluntariado em situações emergenciais. Nesse sentido, o Poder Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá mobilizar as entidades da sociedade civil e do setor privado para, em missão conjunta, desenvolverem ações de voluntariado em situações de emergência e de calamidade pública no País.

Passemos à análise das proposições apensadas.

O **PL nº 3.368, de 2019**, altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para incluir as instituições religiosas entre aquelas que podem prestar serviço voluntário, dispensando-as, para tal, de celebração de termo de adesão. Estamos de acordo com seu autor, Deputado Cezinha de Madureira, de que se trata de



iniciativa para legitimar a imensa diversidade de atividades voluntárias desenvolvidas pelas instituições religiosas, sem incorrer em riscos jurídicos por abraçarem o segmento do voluntariado. Desse modo, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei nº 3.368, de 2019, apensado, nos termos do Substitutivo anexo.

Os **PLs nº 5.557, de 2019, e nº 938, de 2020**, ambos de autoria do Deputado Lucas Gonzalez, com algumas distinções, tratam de matérias semelhantes. Ambos alteram dispositivos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, modificando regras de incentivo e promoção ao voluntariado. Importa notar que o PL principal revoga a Lei nº 9.608, de 1998, e a substitui pela nova Política Nacional do Voluntariado, de modo que, parcialmente, as inovações trazidas pelos dois PLs apensados estão contempladas na nova Política prevista no PL principal, motivo que enseja nossa recomendação de aprovação das duas matérias, na forma do Substitutivo anexo.

Todavia, ainda em relação aos **PLs nº 5.557, de 2019, e nº 938, de 2020**, entendemos que as alterações previstas na Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) não devem prosperar, porque os conceitos de estágio e de trabalho voluntário são distintos. Nos termos do *caput* do art. 1º da referida legislação, diferentemente do trabalho voluntário, estágio é o ato educativo escolar supervisionado, de modo que, ao nosso ver, esses conceitos não devem ser confundidos.

O **PL nº 3.625, de 2020**, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para prever a necessidade de fomentar a criação de serviços voluntários de bombeiros. Entendemos que os colegiados seguintes terão melhores condições de analisar o mérito dessa proposição. Nesse sentido, por não haver oposição à referida iniciativa legislativa, manifestamo-nos favoravelmente a ela, nos termos do Substitutivo.

O **PL nº 1.744, de 2021**, de autoria do Deputado Giovani Cherini, altera o art. 3º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, para discriminar as despesas que poderão ser



ressarcidas no desempenho das atividades voluntárias. Ao nosso ver, o art. 8º do nosso Substitutivo, a despeito de acertadamente não contemplar um rol exaustivo de despesas, compreende o mérito do PL apensado, inclusive porque o referido ressarcimento deverá estar previsto no termo de adesão. Desse modo, ao contemplarmos em parte o mérito do apensado, nosso voto é favorável ao PL nº 1.744, de 2021, na forma do Substitutivo.

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do principal, Projeto de Lei nº 11.278, de 2018, e de seus apensados, os Projetos de Lei nº 3.368, de 2019; nº 5.557, de 2019; nº 938, de 2020; nº 3.625, de 2020; e nº 1.744, de 2021, **na forma do Substitutivo anexo**.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada MARIA ROSAS

Relatora



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 11.278, DE 2018

Apensados: PL nº 3.368/2019, PL nº 5.557/2019, PL nº 3.625/2020, PL nº 938/2020 e PL nº 1.744/2021

Institui a Política Nacional do Voluntariado

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

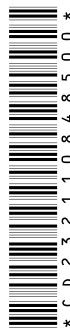
DA POLÍTICA NACIONAL DO VOLUNTARIADO

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional do Voluntariado, a ser implementada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, com a finalidade de incentivar o engajamento, a responsabilidade cívica e social e a participação cidadã por meio do voluntariado, de forma articulada entre o Governo, a sociedade civil e o setor privado.

Parágrafo único. A Política Nacional do Voluntariado será regida pelo disposto nesta Lei e nas normas complementares a serem editadas em ato do Poder Executivo federal.

Art. 2º São princípios da Política Nacional do Voluntariado:

- I - cidadania;
- II - complementaridade;
- III - dignidade da pessoa humana;
- IV – ética;
- V - fraternidade;



VI - promoção de direitos humanos;

VII - solidariedade;

VIII - sustentabilidade;

IX - tolerância;

X – transparência; e

XI – cooperação.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional do Voluntariado:

I - promover, valorizar e reconhecer o voluntariado no País;

II - desenvolver a cultura da educação para a cidadania e o engajamento dos cidadãos;

III - fortalecer as organizações da sociedade civil e entidades religiosas que prestam serviços voluntários;

IV - estimular a integração e a convergência de interesses entre voluntários e iniciativas que demandem ações de voluntariado;

V – promover o voluntariado como ferramenta de inovação social; e

VI - promover o engajamento com a comunidade, o compromisso com o seu desenvolvimento e o estímulo às práticas sociais inclusivas articuladas com a realidade local.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - atividade voluntária ou de voluntariado - iniciativa não remunerada de pessoas físicas, isolada ou conjuntamente, prestada a pessoa física, a órgão ou entidade da administração pública ou a entidade privada de qualquer natureza jurídica, que vise ao benefício e à transformação da sociedade por meio de ações cívicas, de desenvolvimento sustentável, culturais, educacionais, científicas, recreativas, religiosas, ambientais, de assistência à pessoa ou de promoção e defesa dos direitos humanos e dos animais;

II - voluntário - pessoa física que dedica parte de seu tempo, de forma livre e espontânea, em prol do interesse social e comunitário, sem remuneração ou interesse econômico, por meio de atividades voluntárias;



III - instituição promotora - órgão ou entidade da administração pública ou entidade privada, de qualquer natureza jurídica, responsável pela atividade voluntária;

IV - voluntariado corporativo - iniciativa de voluntariado organizada por órgãos ou entidades da administração pública ou por entidades privadas, com vistas a incentivar e a reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus servidores ou empregados, de outras pessoas físicas ou de organizações da sociedade civil; e

V - termo de adesão - ajuste prévio firmado entre a instituição promotora e o voluntário, em meio impresso ou digital.

Art. 5º. Ato do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios regulamentará a implementação da Política Nacional do Voluntariado em seu âmbito.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DO VOLUNTARIADO

Art. 5º Fica instituído o Conselho Gestor da Política Nacional do Voluntariado, no âmbito da Presidência da República, com as seguintes competências:

I - fomentar projetos e iniciativas que estimulem o engajamento do setor público, do setor privado e das organizações da sociedade civil em atividades voluntárias;

II - estimular os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional a promover o voluntariado e incentivar os seus servidores à participação em atividades voluntárias;

III - firmar parcerias com órgãos e entidades da administração pública ou entidades privadas com vistas à mobilização, à divulgação e ao desenvolvimento de atividades voluntárias;

IV - promover o desenvolvimento, a integração e a gestão da base de dados e das estatísticas sobre as atividades de voluntariado no País;



V - estimular a articulação interinstitucional para a implementação dos objetivos da Política Nacional do Voluntariado;

VI - fomentar projetos de cooperação nacional e internacional para promoção do voluntariado;

VII - colaborar para o desenvolvimento de campanhas de divulgação de ações e projetos transformadores para estimular o engajamento dos cidadãos em atividades voluntárias;

VIII - desenvolver metodologia de cômputo, homologação e avaliação de iniciativas de voluntariado no País;

IX - elaborar e aprovar o código de ética do voluntariado; e

X - fomentar estudos e pesquisas sobre o voluntariado.

Art. 6º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre as atribuições, a composição e o funcionamento do Conselho Gestor da Política Nacional do Voluntariado.

CAPÍTULO III

DOS PRÊMIOS E DOS RECONHECIMENTOS AO VOLUNTARIADO

Art. 7º O Poder Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá promover ações de premiação, de incentivo e de reconhecimento ao voluntariado.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DOS DEVERES DOS VOLUNTÁRIOS

Art. 8º São direitos dos voluntários:

I - ter acesso a:

a) informações sobre a atividade voluntária e sobre a instituição promotora a que estiver vinculado; e

b) eventual termo de adesão a ser firmado com a instituição promotora;



I - participar de capacitação para a realização da atividade voluntária, se for necessário e se estiver previsto em termo de adesão firmado com a instituição promotora;

II - ser ressarcido de despesas previamente autorizadas e comprovadas; e

III - receber certificado, impresso ou digital, ao final das atividades voluntárias realizadas, se estiver previsto em termo de adesão firmado com a instituição promotora.

Parágrafo único. Além dos direitos previstos no caput, o voluntário fará jus aos demais direitos previstos em termo de adesão firmado com a instituição promotora.

Art. 9º São deveres do voluntário:

I - atuar com eficácia, comprometimento e humanidade em cada uma das atividades voluntárias;

II - não aceitar qualquer tipo de remuneração ou compensação material, exceto a ajuda de custo ou ressarcimento de despesas previamente autorizadas, quando aplicável;

III - reconhecer, respeitar e defender, de forma ativa, a dignidade dos beneficiários e dos demais envolvidos nas atividades voluntárias;

IV - respeitar o sigilo e manter a discrição no uso de dados relacionados com os beneficiários das atividades voluntárias;

V - informar à instituição promotora qualquer violação aos direitos humanos no âmbito das atividades voluntárias que realize;

VI - desempenhar as funções conforme estabelecido no termo de adesão firmado, quando aplicável, além de estar atento às regras e aos procedimentos da instituição promotora; e

VII - não assumir o papel de representante da instituição promotora sem a prévia autorização desta.

CAPÍTULO V



DOS DIREITOS E DOS DEVERES DA INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Art. 10. São direitos da instituição promotora da atividade de voluntariado:

I - requerer ao voluntário a assinatura de termo de adesão, em meio impresso ou digital, do qual deverão constar o objeto e as condições de seu exercício;

II - suspender ou extinguir o termo de adesão na hipótese de descumprimento por parte do voluntário ou quando sua conduta estiver em conflito com os objetivos da instituição promotora ou implicar prejuízo, e quando a atividade exercida pelo voluntário não for mais de interesse da instituição promotora; e

III - selecionar o perfil de voluntário mais adequado à atividade da instituição promotora.

Art. 11. São deveres da instituição promotora da atividade de voluntariado:

I - fornecer ao voluntário informações a respeito da instituição promotora e da atividade voluntária a ser exercida;

II - oferecer capacitação adequada para o desenvolvimento da atividade voluntária, quando necessário;

III - garantir ao voluntário níveis de segurança e de higiene compatíveis com aqueles oferecidos aos seus próprios empregados;

IV - selecionar os voluntários sem qualquer tipo de discriminação quanto a idade, sexo, etnia, religião, procedência nacional e regional ou preferências políticas, exceto se determinado pelo tipo de atividade voluntária;

V – ressarcir o voluntário por despesas previamente autorizadas; e

VI - fornecer certificado ao voluntário ao final das atividades voluntárias realizadas, se previsto em termo de adesão.

Parágrafo único. As instituições religiosas ficam dispensadas de celebrar termo de adesão.



Art. 12. É facultado à instituição promotora oferecer ajuda de custo para a execução das atividades voluntárias.

CAPÍTULO VI

DOS INSTRUMENTOS DE APOIO À POLÍTICA NACIONAL DO VOLUNTARIADO

Art. 13. O Poder Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas suas possibilidades orçamentárias e financeiras e observados os princípios e as diretrizes desta Lei, fará constar dos projetos de planos plurianuais e de leis de diretrizes orçamentárias as ações programáticas e os instrumentos de apoio que serão utilizados para incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações de voluntariado transformadoras da sociedade.

Parágrafo único. A indicação das ações e dos instrumentos de apoio a que se refere o caput será acompanhada da fixação de critérios e de condições para o acesso aos recursos financeiros e às outras formas de benefícios estabelecidos.

Art. 14. O Poder Público integrará, sempre que possível, os seus programas, as suas ações e as suas políticas públicas às iniciativas desenvolvidas pela Política Nacional do Voluntariado.

Art. 15. Os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional deverão integrar as iniciativas de voluntariado ao planejamento estratégico e à política de gestão de pessoas de seus órgãos e suas entidades, com vistas a promover o voluntariado e a incentivar a participação de seus servidores em atividades voluntárias.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará a utilização de espaços físicos públicos para a prática de atividades voluntárias.

Art. 16. No âmbito do Poder Público, o cômputo de horas de atividades voluntárias acumuladas e devidamente homologadas, conforme regulamento, poderá ser utilizado:

I - como critério de desempate em concursos públicos da



administração pública direta, autárquica e fundacional;

II - em processos internos de promoção, de progressão e de remoção nas carreiras da administração pública direta, autárquica e fundacional; e

III - em processos de licença para capacitação, integral ou parcialmente, para realizar atividade voluntária vinculada a instituições promotoras tanto no País quanto no exterior.

Art. 17. Os sistemas de ensino e suas instituições de educação básica e superior, públicas e privadas, deverão:

I - estimular atividades destinadas ao voluntariado, de acordo com as necessidades das comunidades locais, com os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, com a sociedade civil organizada e com o Poder Público;

II - fomentar ações de voluntariado, de forma articulada, aos currículos escolares, hipótese em que poderá, inclusive, computar as horas de atividades voluntárias de forma integrada às disciplinas;

III - utilizar os espaços e as infraestruturas disponíveis para a realização das atividades voluntárias com vistas a integrar os educandos às comunidades locais e ao entorno escolar; e

IV - desenvolver mecanismos de reconhecimento e de incentivo aos educandos e à comunidade acadêmica para estimular as ações de voluntariado, respeitada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII

DO VOLUNTARIADO INTERNACIONAL

Art. 18. O Poder Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estimularão iniciativas de voluntariado internacional no território nacional, junto à entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos, ou à organização vinculada a governo estrangeiro.



Parágrafo único. O Poder Público também estimulará atividades de voluntariado a serem executadas por brasileiros em outros países.

Art. 19. Poderá ser concedido visto temporário para estrangeiros que venham ao País para realizar atividades voluntárias, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O princípio da complementaridade pressupõe que a atividade voluntária não substitui o papel do Estado, e que órgãos e entidades da administração pública e entidades privadas responsáveis por atividades voluntárias não poderão engajar voluntários em substituição a empregos e cargos formais ou como meio de evitar obrigações para com seus empregados e servidores.

Art. 21. As relações decorrentes de atividades voluntárias não implicam, para as partes, a qualquer título, vínculo trabalhista e obrigações ou benefícios de natureza tributária, previdenciária ou de seguridade social.

Art. 22. Crianças e adolescentes poderão participar de atividades voluntárias, desde que acompanhados ou expressamente autorizados pelos pais ou responsáveis, observada a legislação específica de proteção à criança e ao adolescente.

Art. 23. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar parcerias com organizações da sociedade civil para a implementação da Política Nacional do Voluntariado, inclusive com o repasse de recursos ou outras formas de cooperação, que poderá ser realizado nos termos do disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 24. As instituições promotoras poderão atuar em rede para fins de estabelecer parcerias, nos termos do disposto na Lei nº 13.019, de 2014, que visem à implementação de projetos e de programas de voluntariado.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput, o termo de atuação em rede que formalize a parceria deverá indicar a instituição



responsável por firmar o termo de adesão junto aos voluntários que vierem a participar das ações promovidas.

Art. 25. Fica revogada a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O voluntariado desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais solidária, inclusiva e comprometida com o bem-estar de todos os cidadãos. É um pilar essencial para o fortalecimento dos laços sociais e para a promoção da cidadania ativa. Ao oferecer seu tempo, habilidades e conhecimentos de forma gratuita, os voluntários contribuem significativamente para a melhoria de diversas áreas, como assistência social, educação, saúde, cultura e meio ambiente.

Além disso, o voluntariado não apenas beneficia as comunidades atendidas, mas também enriquece a vida dos próprios voluntários, proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Entre os benefícios do voluntariado, estão: o desenvolvimento comunitário; a inclusão social; o fortalecimento da solidariedade; e o aprendizado e desenvolvimento.

O voluntariado é um catalisador para o desenvolvimento local e comunitário ajudando a suprir lacunas deixadas pelo poder público, possibilitando a implementação de projetos e ações que atendam às necessidades específicas de cada região. Também é por meio do voluntariado que se promove a inclusão de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, fomentando uma sociedade mais justa e igualitária.

O voluntariado ainda contribui não apenas para materializar a solidariedade, mas também inspirar outras formas de engajamento cívico e ações altruístas. Por fim, os voluntários têm a oportunidade de adquirir novas habilidades, ampliar seu conhecimento e ganhar experiências valiosas. Isso contribui para o crescimento pessoal e profissional, além de incentivar o aprendizado ao longo da vida.

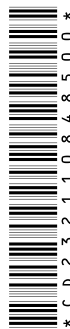


Reconhecendo a importância do voluntariado, este Projeto de Lei visa estabelecer uma Política Nacional do Voluntariado, com o intuito de promover, regular e valorizar as atividades voluntárias em todo o território nacional. Estão entre os objetivos da Política:

- (i) reconhecimento e valorização do Voluntário e do trabalho voluntário como um componente essencial do desenvolvimento social;
- (ii) facilitação e promoção da participação dos cidadãos em atividades voluntárias. Isso inclui a divulgação de oportunidades, a simplificação de processos burocráticos e o incentivo à colaboração com organizações da sociedade civil;
- (iii) capacitação e formação para voluntários, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos; e
- (iv) promoção de incentivos para viabilizar o trabalho voluntário, como descontos em serviços públicos e privados, compensando parcialmente esses custos.

O estabelecimento de uma Política Nacional do Voluntariado é um passo crucial para a consolidação de uma sociedade mais participativa, solidária e comprometida com o bem comum. Assim, o projeto busca não apenas reconhecer o valor do trabalho voluntário, mas também criar um ambiente propício para o crescimento do voluntariado em todas as esferas da sociedade. Ao promover a inclusão, capacitação e reconhecimento dos voluntários, estaremos construindo um futuro mais promissor para todos os cidadãos e fortalecendo os princípios democráticos que regem nossa nação.

Segundo os dados fornecidos pela Pesquisa Voluntária no Brasil 2021 e divulgados em 26 de abril de 2022, o país conta com uma participação expressiva de 57 milhões de voluntários ativos. À época, 56% dos adultos afirmam que participaram ou participam de alguma atividade voluntária. Isso



representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores, visto que em 2011 esse número era de 25% e em 2001, apenas 18%.

Do total de voluntários, 51% são mulheres e 48% homens. Ademais, 50% possuem ensino médio completo ou superior incompleto, e 39% têm uma renda familiar mensal de até 2 anos mínimos. Sobre a frequência das atividades pretendidas, 12% realizou com frequência definida e 22% sem frequência definida. Adicionalmente, cerca de 40% dos voluntários estão na faixa etária de 30 a 49 anos. Outros 830 mil tinham entre 14 e 24 anos, segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019).

Esses voluntários são distribuídos por uma ampla gama de setores, desde instituições educacionais até organizações externas para situações emergenciais de cunho humanitário. Eles lideram iniciativas que envolvem a distribuição de alimentos, o resgate de animais, o apoio a causas de saúde e a partilha de seus conhecimentos. Em suas ações, os voluntários oferecem generosamente seu tempo, energia e habilidades em prol das causas que abraçam, sendo peças fundamentais para que as organizações da sociedade civil alcancem seus objetivos. Notavelmente, durante uma pandemia, desempenharam um papel crucial.

O compromisso com o voluntário não apenas tem crescido em quantidade de pessoas, mas também em termos de tempo dedicado. Enquanto a média de horas mensais por pessoa era de 5 em 2011, uma pesquisa de 2021 mostra uma média de 18 horas por mês.

A pesquisa também analisou as áreas de foco do trabalho voluntário. Houve um aumento significativo de atenção a grupos específicos, como famílias, comunidades, pessoas em situação de rua, causas animais e apoio a pessoas com deficiência. Além disso, a pesquisa destaca o papel do voluntariado empresarial, a influência de megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, bem como o impacto da pandemia. Mesmo durante o isolamento social, 47% dos voluntários intensificaram suas atividades, com a distribuição de recursos sendo a mais comum, seguida por atividades online de apoio psicológico e educação.



A satisfação com o trabalho voluntário também é notável, com os voluntários atribuindo uma média de 9,1 em uma escala de 10. A motivação por trás do engajamento voluntário se solidificou ao longo da década, com a solidariedade como principal motivação, passando de 67 % para 74%. Além do tempo, os voluntários também contribuem de outras maneiras, com 95% doando bens materiais e 50%, dinheiro para causas e organizações.

Por outro lado, cerca de 55% dos voluntários afirmam não ter conhecimento da Lei do Serviço Voluntário, que regulamenta a atividade no país. Outros 81% nunca assinaram um Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, o que sugere uma necessidade de maior conscientização e formalização no campo do voluntariado.

Dai a importância de se estabelecer uma Política Nacional e se fomentar projetos e iniciativas que estimulem a oferta de atividades voluntárias pelo setor público e privado e pelas organizações da sociedade civil. A divulgação de ações e projetos transformadores por meio do voluntariado traz efeitos positivos e multiplicadores da prática de voluntariado, além de possibilitar a construção de uma cultura de voluntariado, baseada na cooperação e na solidariedade. Assim, fomentar a prática do voluntariado é incentivar a humanidade, cidadania e amor ao próximo, entre o governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado, além de ampliar o engajamento social.

Pelo exposto, estamos convencidos que a proposição aperfeiçoa a legislação sobre o voluntariado no país razão pela qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputada Federal MARIA ROSAS

Republicanos / SP





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232110848500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maria Rosas

